

**Título:** Petróleo e ditadura no Brasil: a militarização da Petrobras e a garantia dos interesses empresariais brasileiros (1938-1964)

**Title:** Oil and dictatorship in Brazil: the militarization of Petrobras and the guarantee of Brazilian business interests (1938-1964)

Julio Cesar Pereira de Carvalho<sup>1</sup>

## **Resumo**

A história republicana brasileira do século XX é demarcada pela significativa inserção de segmentos das Forças Armadas na política do país. No período entre 1945 e 1964, momento que demarca o processo de criação da Petrobras e os primeiros anos de funcionamento da mesma, todas as eleições presidenciais tiveram pelo menos um candidato militar. As políticas energéticas brasileiras não passaram incólumes à ascendência castrense em suas diretrizes. De forma distinta, os militares tiveram comando decisivo nessa seara desde, pelo menos, a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1938. No que concerne à Petrobras, o seu alto escalão passou a ser ocupado por membros da caserna desde o início de seu funcionamento, em 1953. Haja vista que a ascendência castrense na estrutura da Petrobras não foi ineditismo da ditadura instaurada em 1964, o principal objetivo deste artigo é fornecer aportes no intuito de perceber as especificidades da militarização da companhia a partir da derrubada de João Goulart da presidência da República. A hipótese que orienta o estudo argumenta que o enraizamento dos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) pelos órgãos da Petrobras constituiu um elemento basilar que evidencia a diferenciação qualitativa da militarização da empresa na ditadura quando comparada com o período anterior. Nesse processo, a militarização da petrolífera a partir de 1964, lastreada no binômio *segurança e desenvolvimento* típico da DSN, esteve estreitamente vinculada à mobilização de agentes e organizações direcionados para a garantia de interesses empresariais específicos.

Palavras-chave: Petrobras; militares; Doutrina de Segurança Nacional; empresariado brasileiro.

## **Abstract**

The Brazilian republican history of the 20th century is marked by the significant involvement of segments of the Armed Forces in the country's politics. During the period

---

<sup>1</sup> Graduado em Relações Internacionais (UFRRJ), mestre em Ciências Sociais (UFRRJ) e doutorando em História Social (UFF). O projeto conta com auxílio do CNPq e também está vinculado ao edital “A responsabilidade de empresas por violação de direitos na ditadura”, organizado pelo CAAF/Unifesp em parceria com o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de São Paulo.

between 1945 and 1964, which marked the process of creating Petrobras and its early years of operation, every presidential election had at least one military candidate. Brazilian energy policies were not immune to the influence of the military in their guidelines. In a different manner, the military had decisive control in this field since, at least, the creation of the National Petroleum Council (CNP) in 1938. Regarding Petrobras, its top leadership positions were filled by members of the military from the beginning of its operation in 1953. Considering that the military's influence in the structure of Petrobras was not unique to the dictatorship established in 1964, the main objective of this article is to provide insights in order to understand the specificities of the company's militarization following the overthrow of João Goulart as the president of the Republic. The hypothesis guiding the study argues that the establishment of the principles of the National Security Doctrine (NSD) within Petrobras constituted a fundamental element that demonstrates the qualitative differentiation of the company's militarization during the dictatorship when compared to the previous period. In this process, the militarization of the oil company starting in 1964, based on the security and development binomial typical of the NSD, was closely linked to the mobilization of agents and organizations aimed at safeguarding specific business interests.

Keywords: Petrobras; military; National Security Doctrine; Brazilian business community.

## **Introdução**

A atuação ativa e direta de militares nas instâncias estatais responsáveis pelas políticas energéticas brasileiras é uma constante desde, pelo menos, a década de 1930. A composição inicial da principal autoridade estatal na área petrolífera antes da Petrobras, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), criado em 1938, é um exemplo paradigmático da histórica ascensão castrense no delineamento das políticas minerais do país. Tendo como primeiro presidente um militar, Júlio Caetano Horta Barbosa, a maioria dos membros do Conselho também era oriunda das Forças Armadas. Entre a criação da Petrobras e a derrubada de João Goulart (1953-1964), diversos componentes da caserna ocuparam o alto escalão da estatal, com destaque para as presidências.

Com a deflagração do golpe de 1964, parece lógico pressupor que os militares continuariam tendo assento privilegiado nos quadros da Petrobras. Porém, uma vez que a profusão de membros castrenses pela estatal não é ineditismo da ditadura instaurada com a derrubada de João Goulart, cabe questionar quais são as especificidades da militarização da empresa com a consolidação do regime autocrático no Brasil.

O objetivo principal deste estudo é fornecer aportes para preencher a indagação acima elencada. Para isso, será necessário destrinchar alguns aspectos atinentes à reorientação ideológica e política de parte das Forças Armadas brasileiras após o término da II Guerra Mundial. Nesse período, teve início o fomento e disseminação de um conjunto de valores assentados nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Incorporando o anticomunismo<sup>2</sup> e a perspectiva contrarrevolucionária típica da órbita ocidental da Guerra Fria, a DSN foi incutida no meio castrense brasileiro a partir do final da década de 1940. Esse aparato ideológico logo foi expandido para diversas entidades políticas e organizações da sociedade civil.

Nesse processo, associações empresariais também tiveram papel elementar no alavancamento da Doutrina, selando alianças com os militares para galvanizar um projeto político que dirimisse a crise e suprimisse as organizações populares/trabalhistas em gradativa mobilização (LEMOS, 2020, p. 219). Entretanto, devido à grande profusão de perspectivas econômicas nacionalistas ou nacional-desenvolvimentistas entre diversos segmentos sociais, os agrupamentos assentados na DSN só conseguiram conferir proeminência política ao seu projeto com a deflagração do golpe de 1964.

A DSN, portanto, foi um dos elementos ideológicos fundamentais na construção do regime instaurado com a derrubada de João Goulart. Em relação à Petrobras, os princípios da Doutrina foram amplamente disseminados em seu interior imediatamente após o golpe de 1964. A hipótese que rege este estudo versa que essa característica é o elemento basilar que explicita a diferenciação qualitativa da militarização da empresa na ditadura quando comparada com o período anterior. Ademais, a militarização da estatal no período ditatorial – lastreada no binômio *segurança e desenvolvimento* típico da DSN - esteve estreitamente vinculada à mobilização de agentes e organizações direcionados para a garantia de interesses empresariais específicos.

A linha temporal deste artigo é inspirada na perspectiva metodológica estabelecida por René Armand Dreifuss (1981). O autor principia a sua análise na década de 1930 para perscrutar as raízes sociais que propiciaram a consolidação da ditadura empresarial-militar instituída em 1964. Amparado nesse paradigma analítico, o recorte cronológico deste estudo retomará alguns episódios atinentes às políticas petrolíferas desde a criação do CNP, em 1938. Assim, como forma de precisar a qualificação da

---

<sup>2</sup> Indispensável destacar que o anticomunismo daquele momento atingia, indiscriminadamente, não apenas aqueles que, de fato, participavam de organizações comunistas, mas também qualquer um que defendesse políticas de viés progressista ou nacionalista. Ver: LEMOS, 2020.

militarização da Petrobras após a derrubara de João Goulart, estabeleceremos uma análise comparativa entre dois períodos, quais sejam, aquele que abrange o intervalo de 1938 a 1964 e aquele atinente aos primeiros anos da ditadura.

No que concerne às fontes do texto aqui apresentado, além daquelas de caráter secundário, o estudo se embasa no exame das biografias coletivas do alto escalão da Petrobras (método prosopográfico); na análise de documentos dos fundos Petrobras e do Serviço Nacional de Informações (SNI), presentes no Arquivo Nacional; nos relatórios de atividades da Petrobras; nas fichas de formados pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG); além de entrevista realizada com Germino Borges, operário da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) a partir de 1973.

Na primeira seção, serão destacados alguns breves aspectos acerca da interface entre a organização militar e as políticas petrolíferas brasileiras, desde a criação do CNP até o final do governo de João Goulart (1938-1964). Essa primeira parte é dividida em três subtópicos, sendo que o primeiro aborda a inter-relação entre a Escola Superior de Guerra (ESG) e a DSN. O segundo elenca os embates em torno da questão petrolífera envolvendo os militares nacionalistas e os contrarrevolucionários. A última subseção destaca o recrudescimento do anticomunismo no Brasil na virada da década de 1950 para a de 1960, em um movimento demarcado pela aliança entre empresários e militares.

A segunda parte deste estudo objetiva explicitar o que mudou na militarização da Petrobras após o golpe de 1964. Tendo os princípios da DSN como balizador analítico, o capítulo é dividido em duas partes. A primeira é dedicada em realçar a semelhança do aparato de segurança da Petrobras com os princípios da Doutrina, destacando a percepção dos militares golpistas em relação às administrações da estatal entre 1954 e 1964. O último subtópico expõe notas que evidenciam o favorecimento de segmentos do grande capital com os negócios da petrolífera, de forma a assinalar que essa característica está em consonância com o pilar *desenvolvimento* da DSN.

#### 1. Os militares e a Petrobras no período anterior ao golpe: as querelas frente à nacionalização petrolífera brasileira (1938-1964)

Conforme destaca Paulo Ribeiro da Cunha (2018), os militares atuaram ou foram postos a atuar na política desde, pelo menos, a Guerra do Paraguai, ocorrida na década de 1860. Nesse processo de formação das Forças Armadas brasileiras, pode-se perceber que, em termos políticos, a caserna não se constituiu enquanto um bloco monolítico.

O corpo castrense teve papel importante em momentos decisivos da República nascente, em episódios tais como o movimento tenentista e a própria Revolução de 1930, episódio que erigiu Getúlio Vargas ao poder tendo como um de seus sustentáculos políticos segmentos das Forças Armadas. No entanto, as circunstâncias endógenas e exógenas da seara política entre 1945 e 1964 engendraram um momento inédito marcado pelo surgimento e tensionamento de distintas facções ideológicas no corpo militar. Elementos como o término da II Guerra Mundial, a polarização atinente à Guerra Fria, o processo de industrialização em voga e o fim do Estado Novo impactaram severamente a mentalidade e as lutas travadas entre os segmentos castrenses do país.

Nesse processo, a profusão de militares na política brasileira e a percepção da Petrobras como uma empresa estratégica acarretou fortes embates castrenses, que tiveram como síntese uma forte ascendência das Forças Armadas nos quadros da empresa, desde a sua criação, em 1953. O caráter militarizado da estatal, portanto, não foi ineditismo da ditadura instaurada a partir de abril de 1964. A participação decisiva da caserna no planejamento e execução das políticas energéticas do país é uma característica que não apenas antecede a ditadura vigente entre 1964 e 1988, mas precede a própria criação da petrolífera, visto que o órgão que antecedeu a Petrobras, o CNP, era majoritariamente ocupado por membros castrenses.

Após a II Guerra Mundial, a militarização tanto do CNP quanto da estrutura mais geral da política brasileira perpassou por um processo significativo de mudança qualitativa em sua orientação. Junto ao advento da Guerra Fria, o meio castrense foi submetido a uma luta gradativa entre membros anticomunistas e/ou afeitos à inserção de capitais estrangeiros na economia brasileira de um lado e, por outro, aqueles que circundavam a órbita mais nacionalista. Esses embates foram decisivos para a criação da Petrobras e para toda a trajetória subsequente das políticas referentes ao petróleo brasileiro, conforme será destacado adiante.

Um elemento fundamental para compreender a estrutura e funcionamento da Petrobras na ditadura estabelecida em 1964 consiste na emergência do binômio que reunia o anticomunismo e a liberalização econômica do país, corporificado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Os fundamentos da DSN foram consubstanciados e propalados principalmente pela Escola Superior de Guerra (ESG), tendo consequências decisivas no decurso da luta pelo delineamento das políticas nacionais em geral, e petrolíferas em particular.

Tendo sempre a questão do petróleo como pano de fundo, a primeira parte deste capítulo se dedicará em apresentar, sumariamente, o vínculo entre a ESG e a DSN. Em seguida, será realçado como o embate desse agrupamento com os membros nacionalistas da caserna desaguou na criação da Petrobras, assentando as bases que caracterizaram as fricções em torno das políticas petrolíferas brasileiras até o golpe de 1964. A última subseção deste capítulo destacará as circunstâncias que induziram o recrudescimento do anticomunismo no Brasil, movimento coetâneo ao selamento da aliança entre empresários e os membros castrenses que tocaram a contrarrevolução preventiva, quesitos elementares para a estruturação do regime ditatorial e da Petrobras após a derrubada de João Goulart.

### 1.1. *A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional*

A partir de 1942, a cooperação militar entre Brasil e Estados Unidos para a atuação conjunta na II Guerra Mundial suscitou um processo de reconfiguração nos rumos e percepções políticos por parte de uma fração de oficiais das Forças Armadas. Esse segmento castrense passou a ter maior afinidade ideológica com os EUA, promovendo um movimento que iria se configurar como um grande entrave à manutenção das políticas de cunho nacionalista do governo de Getúlio Vargas.

Esse rearranjo impactou diretamente as políticas petrolíferas brasileiras. No CNP, por exemplo, as pressões de agrupamentos castrenses mais afinados a uma orientação focada na abertura da exploração mineral a capitais estrangeiros implicaram o pedido de exoneração do general Júlio Caetano Horta Barbosa da presidência da entidade, em 1943. A saída do militar, um dos maiores expoentes da defesa do monopólio total do processo de produção petrolífera, foi sucedida pela assunção do coronel João Carlos Barreto ao cargo, que fez uma gestão que, gradativamente, distanciou o Conselho do ímpeto nacionalista e estatizante (MOURA, 1984, pp. 27-29).

O arcabouço valorativo desse processo de aproximação de segmentos militares com os EUA esteve assentado nas doutrinas de *segurança nacional* e *segurança hemisférica*. Entidade importante para o estreitamento de laços entre os americanos e parte das Forças Armadas brasileiras, nesses termos, foi a Escola Superior de Guerra (ESG).

Fundada oficialmente em 1949 e subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), a ESG foi concebida como um centro de formação militar inspirada no National War College dos Estados Unidos. Quem liderou a criação da entidade foi o então

general-de-divisão Cordeiro de Farias, um tenentista histórico de 1924, quadro egresso da Força Expedicionária Brasileira (FEB), ex-estagiário da Escola de Comando e Estado-Maior de Fort Leavenworth, nos Estados Unidos, e que viria participar ativamente do golpe de 1964<sup>3</sup>.

Farias visou conjugar a sua experiência militar influenciada pelos norte-americanos aos fins políticos em torno da disputa pelo poder. Com isso, ele uniu dois elementos que, nos EUA, eram tratados separadamente na formação militar, quais sejam, a *segurança*, que era circunscrita à War College, e o *desenvolvimento*, corporificado na Industrial College (LENTZ, 2022, p. 105). Esses dois quesitos, que eram traduzidos nos termos de uma modernização econômica conservadora e uma política de defesa interna contrarrevolucionária, se consolidaram como os dois pilares da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

A ESG e, posteriormente, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)<sup>4</sup>, criado em 1961, foram as principais entidades responsáveis por articular e fomentar a DSN no Brasil. Dentre as diversas conceituações de guerra, como a guerra total (típica da Guerra Fria, na qual todo o território mundial está imerso às consequências da guerra) ou guerra limitada e localizada (tipo tradicional da guerra, restrita a determinados territórios), os manuais básicos da ESG enfatizavam a *guerra revolucionária* como a principal preocupação do Terceiro Mundo.

Conforme consta na análise dos documentos formativos da ESG feita por Maria Helena Moreira Alves (1989, p. 37), a guerra revolucionária focalizava a lógica de combate ao inimigo interno. Por essa perspectiva, o confronto não envolveria apenas a força armada, uma vez que os componentes ideológico e psicossocial constituíam quesitos igualmente centrais a suprimir. Esse tipo de guerra definido pela ESG era vinculado, automaticamente, à infiltração comunista no Brasil.

---

<sup>3</sup> Para além do então general Cordeiro de Farias, segue a relação de alguns dos militares integrantes da ESG no momento de criação da entidade, a maioria oficiais de escalão médio: Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Aurélio de Lyra Tavares, Jurandir Bizarria Mamede, Heitor Almeida Herrera, Edson de Figueiredo, Geraldo de Menezes Cortes, Idálio Sardenberg, Belfort Bethlem, João Bina Machado, Liberato da Cunha Friedrich, Ademar de Queiroz e o general Juaréz Távora (DREIFUSS, 1981, p. 77–78).

<sup>4</sup> O IPES foi uma entidade decisiva para a conflagração do golpe de 1964 e para a estruturação da ditadura então instituída. Composta sobretudo por militares da ESG e por empresários atrelados aos capitais multinacional e associado, o Instituto atuou sistematicamente para desestabilizar o governo João Goulart. Após a derrubada deste, diversos componentes da organização passaram a atuar diretamente na estrutura do Estado, sendo responsável pela formulação dos principais programas do momento, como o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (cf. DREIFUSS, 1981).

Além disso, tal concepção de segurança estava organicamente ligada à garantia de um determinado tipo de industrialização do país. Sendo secundária a salvaguarda dos componentes sociais básicos para a reprodução da vida da população, a compreensão de fomento econômico da ESG previa o intenso desenvolvimento de recursos produtivos, inclusive nas áreas tidas como “inabitadas”. Para isso, a estratégia deveria ser assentada na forte atuação do Estado, concomitante a capitais estrangeiros e locais. A partir de tal entendimento, o controle militar era percebido como as vias de promoção do domínio político e societário, de forma a abonar a máxima acumulação de capital e investimentos externos e, com isso, consequentemente, repelir a “ameaça comunista” (ALVES, 1989, p. 50–51).

O estabelecimento da ESG estava imerso em um movimento mais amplo marcado pela intensa atuação política e econômica de membros do alto escalão militar no período em questão. Entre o final da Segunda Guerra e o golpe de 1964, uma parcela de oficiais das Forças Armadas atuou diretamente junto a partidos políticos - como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Democrático Cristão (PDC) -, possuía participação em empresas privadas, compunha o quadro de organizações do empresariado transnacional, e também integrava agências estatais, como o CNP e a Petrobras, aqui já retratado.

Em suma, a aproximação de militares brasileiros com os EUA foi fundamental para incutir em parcela das Forças Armadas o ideário modernizante-conservador estruturado pela DSN. O espraiamento dessa doutrina em parcelas significativas das sociedades civil e militar desencadeou a ampliação do anticomunismo e consequente incorporação no Brasil das atitudes maniqueístas da Guerra Fria. Além disso, a ESG contribuiu para o desenvolvimento de uma mentalidade que concebia um modelo de crescimento cujo curso industrial seria levado a cabo, sobretudo, por multinacionais e um Estado supostamente técnico. Indispensável destacar que uma diversidade de membros e alunos da ESG (civis e militares), junto aos empresários, veio a compor o IPES, um ator decisivo para a conflagração do golpe de 1964 e para a construção da ditadura então nascente (cf. DREIFUSS, 1981).

1.2. *Os embates entre a ESG e militares nacionalistas: breves episódios sobre uma disputa elementar para a criação e funcionamento da Petrobras*



A inflexão da postura do corpo militar em direção ao ideário anticomunista e contrarrevolucionário, enfatizado anteriormente, não foi linear. No que tange às políticas petrolíferas, a mudança de rumo do CNP, entre 1944 e 1945, com a queda de Horta Barbosa, desencadeou uma cisão entre os pró e contra a atração de capitais estrangeiros para atuar na produção de petróleo no país. Essa fragmentação aguçava e refletia um atrito significativo entre segmentos das Forças Armadas, que perduraria até o golpe de 1964.

O embate mais emblemático em torno da abertura ou não da exploração petrolífera brasileira aos grupos privados, naquele período, se deu entre os militares Juaréz Távora e Horta Barbosa. O estopim dessa contenda esteve relacionado ao projeto de lei proposto pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, conhecido como Estatuto do Petróleo, que permitia a concessão da pesquisa e desenvolvimento mineral no Brasil à iniciativa privada, inclusive a capitais forâneos.

Em linhas gerais, Távora argumentava que o monopólio estatal seria a melhor opção, porém a longo prazo. A curto prazo o mais coerente seria introduzir o modelo de concessão ao capital estrangeiro, devido à insuficiência de base tecnológica brasileira para exploração das jazidas.

Já Horta Barbosa tinha postura mais nacionalista. O militar enfatizava a importância do investimento estatal em refino devido ao monopólio exercido pelos *trustes* nessa fase, o que delegava às corporações estrangeiras o controle dos preços dos produtos oriundos dessa etapa. Além disso, Barbosa defendia que a indústria de refino deveria ser estatal, pois o capital privado priorizava o aumento de sua lucratividade. Contra essa tendência, o Estado poderia regular os preços de modo a condicionar a melhora dos resultados econômicos nacionais.

Em 1948, Juarez Távora foi vencido pelo grupo de Horta Barbosa no Clube Militar. Quem assumiu a presidência da entidade foi o general-de-divisão Salvador César Obino, que se tornou um dos principais articulistas da orientação estatista em torno da Campanha do Petróleo, ocorrida entre 1948 e 1953. A formação e atuação desse agrupamento, ademais, foi um marco importante para o amadurecimento de uma fração castrense mais orientada pelos preceitos nacional-desenvolvimentistas (LENTZ, 2022, p. 107).

As divergências entre Távora e Horta Barbosa logo transgrediram os limites do Clube Militar e inflamaram os debates públicos. Na imprensa, o jornal Correio da Manhã apoiava o posicionamento de Juarez Távora, enquanto O Jornal, o Diário de Notícias e

principalmente o Jornal de Debates acolhia os preceitos de Horta Barbosa (MOURA, 1984, pp. 56–61).

A criação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo<sup>5</sup>, em 1948, que reunia jornalistas, políticos, estudantes e militares, foi um forte elemento impulsionador dos princípios nacionalistas, cumprindo o papel de informar e mobilizar a opinião pública contra o Estatuto do Petróleo. No campo estudantil, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE's) também exerceram grande influência na contraposição a inserção do capital estrangeiro no campo petrolífero, organizando congressos e manifestações de rua sob o lema “O petróleo é nosso!” (MOURA, 1984, p. 65–69).

Essa mobilização militar e social culminou na instituição da lei n. 2004, que criou a Petrobras, em 3 de outubro de 1953. A empresa passou a deter o monopólio de todo o processo produtivo do petróleo, abrindo exceção apenas para as refinarias privadas que já atuavam no setor. No que tange ao CNP, o órgão passou a atuar na orientação e fiscalização da produção, ao passo que a Petrobras ficou a cargo de executar a política do petróleo (CARVALHO, 1977, p. 52).

A efetivação do monopólio estatal na exploração petrolífera brasileira talvez tenha sido o momento de plenitude da fração militar de cunho nacionalista, que entrou, em seguida, em um concomitante processo de desgaste político. Se aquele segmento castrense conquistou a vitória no pleito do Clube Militar em 1948 e 1950, além de realizar a efetivação da campanha do petróleo, em 1952 os militares conservadores fundaram o agrupamento anti-comunista “Cruzada Democrática”, conseguindo eleger a sua chapa para o Clube em 1952 e 1954.

Daí em diante, semelhante e vinculado ao movimento que acirrou a luta entre as classes sociais, sobretudo nos anos de 1960, as frações castrenses recrudesceram os embates entre si. As divergências acerca da estatização da produção petrolífera constituíram um dos eixos primordiais que conduziram, dentro de suas especificidades, as contendas sociais em torno da questão energética brasileira até a derrubada de João Goulart. Nesse processo, as parcelas militar e empresarial afinadas ao anticomunismo e ao capital transnacional foram paulatinamente cerceando o campo nacionalista, mas só conseguiram conferir proeminência ao seu projeto político através do golpe de 1964.

---

<sup>5</sup> Posteriormente, o nome da entidade foi alterado para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN).

O agravamento dos embates entre as frações castrenses esteve relacionado a uma série de episódios domésticos e internacionais que implicaram o recrudescimento do anticomunismo em parte da sociedade a partir do final da década de 1950. Nesse contexto, teve fundamental relevância para os processos políticos e econômicos nacionais a aliança contrarrevolucionária [Me parece que neste caso ele não se aplica bem...] enlaçada entre empresários e militares, temas da próxima subseção.

### *1.3 – O acirramento contrarrevolucionário nas Forças Armadas e o estreitamento da aliança empresarial-militar*

O anticomunismo, que já era uma pauta que circulava entre as instâncias das Forças Armadas desde os anos 1940, foi severamente amplificado na virada da década de 1950 para a de 1960. O agravamento desse processo, que robusteceu uma postura reacionária e contrarrevolucionária em parte do corpo castrense, esteve vinculado a uma miríade de fenômenos, os quais pode-se dividir em, pelo menos, dois agrupamentos.

O primeiro deles consiste em uma série de fatores exógenos, atinentes à Guerra Fria, relacionados à erosão dos impérios coloniais. Esse conjunto de fenômenos, que ameaçava a hegemonia estadunidense, foi caracterizado pela emergência de movimentos de libertação nacional por diversos países da periferia capitalista, muitos deles de cariz socialista. Nota-se diversos casos marcantes nesse sentido, como o alcance da autonomia política da Índia (1947); a revolução camponesa na China (1949); a perda de territórios franceses na Indochina (1954); o início dos movimentos descolonizadores na Argélia (1954); a mobilização dos movimentos de libertação nas colônias portuguesas, com início da luta armada em 1961; assim como a conquista da independência de 25 países africanos na primeira metade dos anos de 1960 (NETTO, 2014, p. 35). Um dos eventos internacionais de maior impacto no que tange ao aprofundamento da *contrarrevolução preventiva*<sup>6</sup> no Brasil foi a Revolução Cubana, de 1959.

O segundo fator que contribuiu para instigar uma postura mais reacionária de uma fração militar brasileira está atrelado à eclosão de movimentos e organizações de cunho popular pelo país. Destaca-se, por exemplo, o surgimento da Sociedade Agrária e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPP), também conhecida como Liga Camponesa (1955); as criações do Partido Comunista do Brasil (1961), do Comando

---

<sup>6</sup> O termo aqui utilizado se baseia no ensaio de Florestan Fernandes (2020).

Geral dos Trabalhadores (1962), da Ação Popular (1962), dentre outros. No que se refere ao segmento petrolífero, em 1957 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores de Extração de Petróleo da Bahia (STIEP) e, em 1959, foi fundado o Sindicato dos Petroleiros no Refino (Sindipetro), a partir do processo de expansão da refinaria de Mataripe (RLAM)<sup>7</sup>.

Esses dois componentes vieram a se somar, no início dos anos de 1960, ao cenário de crise econômica e a escalada de políticas progressistas como a Política Externa Independente e as reformas de base de João Goulart. Esse quadro foi um contributo fundamental para instigar as mobilizações anticomunistas e reacionárias dos militares inculcados na DSN, tendo fortes impactos nas lutas políticas ocorridas no interior da Petrobras, como será possível perceber no próximo capítulo.

O recrudescimento do anticomunismo nas Forças Armadas é analisado de forma detalhada por Renato Lemos (2020), que assenta as suas análises em documentos da Marinha e de outros órgãos das Forças Armadas. Alguns episódios ocorridos entre o final da década de 1950 e os anos iniciais de 1960 expressam com nitidez que, naquele momento, já havia uma ampla disseminação de uma conduta contrarrevolucionária, calcada nos princípios da segurança nacional, no seio da corporação castrense.

Em 1959, o chefe do Emfa, general Edgar Amaral, enviou um documento para a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional solicitando informações sobre a “situação do comunismo no Brasil”. Ademais, o oficial também pediu estudos ou plano “habilitando o Governo e as autoridades civis e militares a agir coordenadamente na prevenção ou repressão de qualquer subversão de caráter comunista ou de perturbação da ordem Interna” (apud LEMOS, 2020, p. 241–242). Junto a isso, Lemos destaca trechos do Relatório do Emfa de 1961 que explana que a entidade “desenvolveu estudo sobre a conceituação de guerra revolucionária, guerra insurrecional etc. [...]”, além de ter elaborado “parecer sobre o Programa para o Ciclo de Estudos de Guerra Revolucionária” (apud LEMOS, 2020, p. 242).

Tais episódios indicam que, àquela altura, a DSN não era mais um elemento restrito aos cercos de treinamento da ESG, mas estava em vias de fazer parte do *modus operandi* do cerne da máquina militar. Esse processo de insuflamento do reacionarismo em parcela das Forças Armadas brasileiras antes da ditadura ocorreu em duas direções. A primeira foi de ordem interna à corporação, caracterizada pelo espraiamento sistematizado de punições e perseguições a membros da corporação tidos como

---

<sup>7</sup> Informações retiradas no sítio oficial do Sindipetro Bahia: <http://www.sindipetroba.org.br/2019/o-sindicato/historia/>. Acesso em: 01/09/2022.

comunistas. Exemplo disso foi a prisão de 1000 militares na década de 1950, no bojo da Campanha do Petróleo e dos embates no Clube Militar (LEMOS, 2020, p. 238, nota 86).

A segunda direção pode ser notada a partir das mobilizações de oficiais para além da circunscrição da corporação. As alas militares mais reacionárias passaram a se organizar de forma estreita a políticos e empresários, de modo a afinar e disseminar os preceitos da DSN.

Para além da decisiva articulação de empresários e militares esguianos no IPES, aqui já retratada, esses atores também se mobilizaram em outras organizações. No que tange às classes dominantes, esse tipo de movimento de cariz reacionário ocorreu devido ao fato de o “nacionalismo progressista” não ter mais aderência no meio empresarial a partir dos anos finais da década de 1950. Essa inflexão ocorreu pois o aceno às “massas” propalado pelas políticas de matiz popular, sobretudo durante o último governo Vargas (1951-1954), desencadeara um incremento na ação coletiva dos trabalhadores. Esse fator e o acirramento da luta de classes no Brasil nos anos iniciais da década de 1960 estimularam a disseminação de uma sólida associação entre segmentos militares e setores da burguesia.

Junto ao IPES, uma das entidades de maior destaque para selar a aliança entre militares e empresários foi a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Pelo menos desde 1961 a entidade era incentivada pela caserna a adaptar a indústria paulista para a defesa da *segurança nacional* (LEMOS, 2020, p. 237). Em 1963, a Federação também se articulou informalmente junto a oficiais castrenses e ao governo paulista de Adhemar de Barros para fornecer armas e equipamentos militares aos golpistas de São Paulo. O firmamento dessa cooperação confluiu na formalização desse grupo após o golpe de 1964 no seio da Fiesp, sendo o mesmo denominado de “Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI)” (cf. LEMOS, 2018).

Outro quesito importante para alicerçar a aliança entre empresários e militares antes mesmo da ditadura foram as interações ocorridas no Fórum Roberto Simonsen. Criado pelo Centro Industrial do Estado de São Paulo (Ciesp) em 1948, a entidade foi concebida para incrementar a politização das pautas empresariais e também foi sendo, gradativamente, mobilizada para estreitar os laços entre os industriais e oficiais castrenses (LEMOS, 2020, p. 223)

Fundamentado na análise de Renato Raul Boschi (1979), Renato Lemos (2020, p. 223) destaca que a maioria das pautas discutidas no Fórum Roberto Simonsen tendia a representar com grande fidelidade os pontos de vista das lideranças industriais de São

Paulo. Nos anos iniciais da década de 1960, a ênfase na defesa da indústria brasileira contra o capital estrangeiro foi perdendo força no Fórum para uma discussão sobre segurança nacional e questões sobre a legislação social e politização dos trabalhadores. Os palestrantes daquele momento eram mais conservadores que os de outrora, condenavam a legislação do trabalho e mobilizavam o comunismo como um deturpador da sociedade ocidental cristã (LEMOS, 2020, p. 224–225).

No entanto, apesar do avanço das frações militares e empresariais que atuavam em consonância com os preceitos da DSN, a proeminência política desses atores era travada pela resistência de políticos, movimentos trabalhistas, sindicais e agrupamentos castrenses, que endossavam a ampliação de direitos e a defesa da economia nacional. A primazia dos segmentos empresariais e militares contrarrevolucionários só foi possível ser consolidada a partir do golpe 1964, que implicou o expurgo dos militares nacionalistas e a instituição de uma severa rede de repressão à classe trabalhadora (DREIFUSS, 1981, especialmente capítulo IV; VASCONCELOS, 2018).

No capítulo a seguir, serão destacadas algumas características que apontam que os pilares *segurança e desenvolvimento*, que embasaram a DSN, foram consolidados no interior da Petrobras com a ditadura encetada em 1964. A tentativa de corroborar essa hipótese se dará em duas etapas. A primeira será dedicada em apresentar episódios relacionados à implantação de um aparato de segurança interno lastreado no anticomunismo. A segunda parte se concentrará em realçar notas que salientem que a securitização da petrolífera ocorreu conjugada a um processo de beneficiamento econômico de segmentos específicos do grande empresariado brasileiro.

## 2. O golpe de 1964 e o novo perfil da militarização da Petrobras: a consolidação do binômio segurança e desenvolvimento no interior da estatal

Em boa parte dos estudos sobre a Petrobras que aborda o período da ditadura há uma espécie de “lugar comum”, que consiste na defesa de que a ascensão do novo regime conferiu à estatal maior autonomia frente aos interesses políticos e societários que a rodeavam até o final do governo de João Goulart (ALVEAL CONTRERAS, 1993; CARVALHO, 1977). O ponto crucial que embasa tais argumentos gira em torno da instituição do Decreto-lei 200/67, que instituiu uma maior descentralização administrativa às empresas e entidades estatais e as dotou de um regime jurídico de direito privado.

Embora não haja espaço para desdobrar os importantes meandros argumentativos de tais autores, partimos, nesta pesquisa, de uma perspectiva distinta. Amparado no estudo de René Dreifuss (1981), consideramos que o golpe significou, sumariamente, a tomada do Estado pelas frações empresariais multinacionais e associadas, em conjunto com os segmentos militares anticomunistas e contrarrevolucionários.

A obra de Dreifuss (1981) nos concede importante ferramental analítico e metodológico, visto que concebe o golpe e a ditadura que a sucedeu tendo o recorte de classe como elemento basilar. Nesse sentido, compreendemos que, se houve algum tipo de autonomia da Petrobras foi em relação às organizações e entidades trabalhistas que atuavam com considerável profusão no período anterior, sobretudo no governo de João Goulart.

Mais do que auferir, simplesmente, certa independência frente aos operários, a ditadura construiu uma sistemática rede de repressão e vigilância na Petrobras. Com isso, o regime conseguiu eliminar os elementos tidos como ameaçadores e efetivou um forte disciplinamento do regime fabril nas unidades de produção<sup>8</sup>. Por outro lado, parcelas expressivas da classe dominante e das Forças Armadas tiveram importante ascensão na definição das políticas da estatal durante o período ditatorial

Esta seção buscará evidenciar aspectos que indiquem que a militarização da Petrobras na ditadura foi construída de forma a lapidar a convergência entre o anticomunismo e a garantia de interesses empresariais privados no interior da empresa, refletindo a consumação do binômio *segurança e desenvolvimento* da DSN. A partir do relatório da Comunidade de Informações da Petrobras elaborado por membros castrenses que contribuíram na estruturação da ditadura, o primeiro subitem aponta especificidades acerca da efetivação da securitização da empresa no período pós-golpe de 1964. Na última subseção, realçaremos aspectos acerca da ascensão empresarial por entre os quadros da petrolífera e algumas das medidas que galvanizaram economicamente certos segmentos das classes produtivas atuantes no país naquele momento.

## 2.1. *O golpe de 1964 e a difusão da faceta da segurança do binômio da Doutrina de Segurança Nacional no interior da Petrobras*

---

<sup>8</sup> Para uma análise detalhada da estrutura de vigilância e repressão implantada na Petrobras com a ditadura, ver PRAUN; COSTA, 2016.

Logo após o golpe de 1964 foi instituída uma Comissão Geral de Informações (CGI) na Petrobras, com o objetivo de fazer a “limpeza” da empresa, eliminando aqueles considerados “comunistas” ou “sindical-subversivos”. A operação funcionou de forma secreta entre abril e outubro daquele ano e resultou na demissão de 516 trabalhadores, acusados pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) (PRAUN; COSTA, 2016, p. 5). Ainda naquele ano, os militares começaram a elaborar uma estrutura definitiva de vigilância e repressão, o Serviço de Informações da Petrobras (SIPE), consolidado em 1965. Encabeçado por um dos diretores da empresa, cel. Adolpho Rocca Dieguez, essa instância precedeu a Divisão de Informações (DIVIN) da Petrobras, instituída em 1966, e tinha o objetivo de manter a “DISCIPLINA e a ORDEM essencial para o normal desenvolvimento de suas atividades” (BRASIL, BR.RJANRIO.HF.O.SEG.2, p. 119-121, grifos originais).

No relatório final da CGI há uma seção denominada “Comunismo e corrupção” na qual os militares da ditadura fazem um resumo do perfil de todos os presidentes da Petrobras, desde a criação da empresa até o fim do governo de João Goulart. Devido às limitações deste espaço, não haverá como descrever as percepções detalhadas que os militares que coordenaram a CGI tinham de todos aqueles que encabeçaram a estatal entre 1954 e 1964. Tampouco será possível realçar as razões da ascensão e queda de cada gestão. Será efetuada, então, uma breve síntese de seus posicionamentos frente a cada administração.

**Tabela 1** – Lista de presidentes da Petrobras, civis e militares (1954-1985)

	Nome	Militar/Civil		Nome	Militar/Civil
1	Juracy Magalhães (02/04/1954 - 02/09/1954)	Militar*	11	Arthur Duarte Candal da Fonseca (27/03/1967 - 24/03/1969)	Militar*
2	Artur Levy (11/09/1954 - 01/02/1956)	Militar*	12	Waldemar Levy Cardoso (03/1969 - 11/1969)	Militar
3	Janary Gentil Nunes (03/02/1956 - 09/12/1958)	Militar	13	Ernesto Geisel (06/11/1969 - 06/07/1963)	Militar*
4	Idálio Sardenberg (11/12/1958 - 02/02/1961)	Militar*	14	Florian Peixoto Faria Lima (17/07/1973 - 01/10/1974)	Militar*
5	Geonísio Carvalho Barroso (20/02/1961 - 05/01/1962)	Civil	15	Araken de Oliveira (03/10/1974 - 13/03/1979)	Militar*
6	Francisco Mangabeira (17/01/1962 - 06/01/1963)	Civil	16	Shigeaki Ueki (23/03/1979 - 28/08/1984)	Civil**
7	Albino Silva (11/06/1963 - 28/01/1964)	Militar*	17	Thelmo Dutra de Rezende (28/08/1984 - 19/03/1985)	Militar*



8	Osvino Ferreira Alves (28/01/1964 - 03/04/1964)	Militar	18	Hélio Beltrão (19/03/1985 - 15/05/1986)	Civil **
9	Ademar de Queiroz (07/04/1964 - 30/06/1966)	Militar*			
10	Irnack Carvalho do Amaral (30/06/1966 - 17/03/1967)	Civil			

\* Cursaram ou tiveram participação junto aos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), antes ou depois de assumir a presidência da Petrobras.

\*\* Civis que tiveram atuação junto ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).

Fontes: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV); Relatórios de atividades da Petrobras; BORTONE, 2018; DREIFUSS, 1981 (elaboração própria).

Os dois primeiros presidentes da Petrobras, Juracy Magalhães (02/04/1954 - 02/09/1954) e Artur Levy (11/09/1954 - 01/02/1956), possuíam avaliações positivas de suas gestões por parte dos militares golpistas a frente da CGI. No relatório consta que o primeiro “deu um ambiente de confiança” à petrolífera e o segundo “deu grande apoio à CGC (Comissão de Coordenação Geral) e conseguiu, graças a isto, unificar a política administrativa da empresa” (BRASIL, BR.RJANRIO.HF.0.AVU.03, p. 325).

Em relação ao terceiro presidente da Petrobras, Janary Nunes (03/02/1956 - 09/12/1958), o documento enfatiza que ele começou orientando-se pela “técnica estatal”, sendo responsável por lançar as bases da Refinaria Duque de Caxias (Reduc). Mas, no final de sua passagem pela Petrobras, ele é acusado de iniciar a “politização da empresa”, visto que, segundo o documento dos militares, ele “popularizou-se no país inteiro por meio de conferências” e usou a verba da empresa para auxiliar as eleições do Clube Militar (Ibidem, p. 326).

Já Idálio Sardenberg (11/12/1958 - 02/02/1961), que sucedeu Janary Nunes e iniciou a sua gestão à frente da estatal pouco antes da criação do Sindipetro (1959), foi acusado de ser conivente com o começo da “comunização” da Petrobras. O relatório da CGI aponta três operários como símbolo dessa ascensão “subversiva” por entre os quadros da petrolífera, quais sejam, Geraldo Silvino da refinaria de Cubatão, Mário Lima e Wilton Valença, estes últimos de Mataripe, na Bahia (Ibidem, p. 327).

O relatório elaborado pelos militares golpistas aponta que os trabalhadores acima mencionados, juntamente a Fernando Autran - que trabalhava no quadro administrativo da sede, situada no então estado da Guanabara -, foram coordenando, de forma gradativa, a escalada “comunista” na estrutura da Petrobras. Eles apontam a gestão do presidente da estatal indicado por Jânio Quadros, Geonísio Barroso (20/02/1961 - 05/01/1962), como aquela na qual “os comunistas passam a interferir na orientação técnica da empresa” (Ibidem, p. 328), mas não acusam Barroso de ter postura ativa de colaboração com tais operários.

Já no governo João Goulart, Francisco Mangabeira (17/01/1962 - 06/01/1963) assumiu a frente da Petrobras, sendo o segundo civil a ocupar o posto (ver tabela 1). O relatório da Comissão de Informações realça que Mangabeira “teve que ceder à pressão vermelha”, se referindo à ocupação de 30 postos-chave por trabalhadores supostamente subversivos. Ainda sobre a gestão Mangabeira, o documento realça que, devido à suposta coação dos operários aqui já mencionados, que atuavam junto aos sindicatos, a “PETROBRAS foi INVADIDA por vermelhos de toda a espécie [...]” (Ibidem, p. 329, grifos originais).

Nota-se que o relatório dos ditadores concebia que, desde o começo da “comunização” da Petrobras, ocorrida durante a administração de Idálio Sardenberg até o fim da presidência de Mangabeira (12/1958 a 01/1963), todos os presidentes da Petrobras são vistos apenas como sujeitos passivos frente ao forte avanço dos “subversivos” nos quadros da empresa. Já no que concerne à administração de Albino Silva (11/06/1963 - 28/01/1964), há uma mudança de entendimento. O documento da Comissão realça que “logo após assumir, Albino inicia a fase efetiva da comunização da PETROBRÁS” (Ibidem, p. 330, grifos originais). Essa percepção se deu pois, segundo o relatório, Albino alocou dois diretores “comunistas” na companhia para conseguir aderência operária à sua gestão (Ibidem, p. 330).

A reprovação ao sucessor de Albino Silva e último presidente pré-ditadura, Osvino Alves (28/01/1964 - 03/04/1964), foi ainda maior. O relato se inicia retratando que “com grande alegria dos comunistas, OSVINO foi nomeado presidente da PETROBRÁS” (Ibidem, p. 335, grifos originais). No item seguinte, continua o relatório: “Cercou-se, desde logo de comunistas ou “inocentes úteis” e o PC [Partido Comunista] passou a dominar completamente a Empresa” (Ibidem, p. 335). Emblemático é o desfecho do relato dos ditadores sobre a administração de Osvino:

Foi nesta situação que a Revolução [sic] veio encontrar a PETROBRÁS. Estava a Empresa completamente entregue aos comunistas que mantinham OSVINO no poder juntamente com dois diretores fracos politicamente e outro comunista e corrupto (Ibidem, p. 336, grifos originais).

Com a conflagração do golpe, Osvino foi destituído do cargo e preso no forte de Copacabana, figurando como um dos primeiros alvos da cassação dos direitos políticos estabelecida pelo primeiro Ato Institucional. Uma característica importante a destacar é que tanto Albino Silva como Osvino Alves fizeram parte do Centro de Estudos e Defesa da Petrobras e da Economia Nacional (CEDPEN), criado na década de 1950. Como

destaca Cláudio Bezerra de Vasconcelos (2018), o primeiro agrupamento a sofrer com a repressão após o golpe de 1964 foi o próprio corpo militar. O autor demonstra que parte expressiva daqueles identificados com o campo nacionalista foi expurgada da corporação. Um dos elementos que eram considerados como indício de que determinado membro das Forças Armadas fazia parte do campo nacionalista era a sua atuação junto ao CEDPEN (VASCONCELOS, 2018, pp. 94–98).

Como é possível perceber a partir da tabela 1, assim como a inserção de militares no comando da Petrobras não foi ineditismo da ditadura instaurada em 1964, a introdução de oficiais atrelados à ESG na estatal também não o foi. A grande questão é que entre 1945 e 1964 havia uma miríade de possibilidade formativa e de atuação organizativa para além da ESG, sendo que, muitas vezes, os preceitos dessas outras entidades tinham maior influência no direcionamento político de tais atores do que a DSN propagada na Escola.

Ou seja, até a ditadura (1964), ainda que os militares que passassem pela ESG tendessem a ter uma perspectiva anticomunista e uma concepção mais liberalizante da economia, esse processo não era linear. Nesse sentido, havia casos de militares que passavam por aquela entidade e continuavam a defender a nacionalização produtiva do país, sobretudo no que tange a fatores tidos como estratégicos, como o petróleo. Essa postura pode ser percebida com Arthur Levy<sup>9</sup> e o próprio Albino Silva, que eram ou viriam a ser esguianos e tiveram posturas estatizantes a frente da petrolífera.

A profusão de organizações políticas de diversas matizes no que tange ao direcionamento político e econômico do país entre 1945 e 1964 era, portanto, percebido como um percalço para a galvanização dos interesses e do projeto dos segmentos civis e militares incutidos na DSN. Não foi por acaso que, nesse sentido, entidades como o CEDPEN<sup>10</sup>, sindicatos trabalhistas e organizações populares foram imediatamente cerceados e reprimidos após o golpe empresarial-militar de 1964. No caso do setor

---

9 Diversos episódios da trajetória política de Artur Levy indicam a sua perspectiva econômica de cariz nacionalista. Indicativos desta característica podem ser notabilizados em episódios como a inauguração da refinaria Presidente Bernardes (1955) e a intensificação das pesquisas de petróleo em território brasileiro. Ademais, integrou a Comissão de Implantação das Indústrias Pesadas (1955), presidiu a Associação dos Refinadores Nacionais (1955) e também fez cursos sobre desenvolvimento econômico na Comissão Econômica Para a América Latina (Cepal). Ver: FGV. Verbete: Artur Levy. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [s.d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/levy-artur>. Acesso em 18/10/2022.

10 Com o golpe, o CEDPEN teve a sua atuação severamente limitada, tendo a sua sede invadida pela polícia de Carlos Lacerda em 1964, 1965 e 1966. Ver: LAMARÃO, Sérgio; PINTO, Simone Araújo. Verbete: Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [s.d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-de-estudos-e-defesa-do-petroleo-e-da-economia-nacional-cedpen>. Acesso em 18/10/2022.

petrolífero, diversos dirigentes foram perseguidos e/ou torturados logo após a derrubada de João Goulart (cf. IVO, 2019).

Com a implantação da ditadura, um membro da ESG, marechal Ademar de Queirós, foi alocado na presidência da Petrobras. O militar, diferentemente dos esguianos tratados acima, tinha um perfil bastante afinado à doutrina da Escola, tendo sido um dos principais artífices na conflagração do golpe e na indicação de Castelo Branco, seu amigo pessoal, para a liderança do Executivo nacional (FGV, s.d.). Outro quesito atinente ao perfil do militar e que nos parece um fator fundamental para compreender os rumos da estatal após o golpe de 1964 é que ele era colaborador do IPES (BORTONE, 2018, p. 584), entidade aqui já mencionada e que será recobrada adiante.

Sobre a ascendência empresarial-militar nos quadros da Petrobras cabem, ainda, duas considerações. A primeira é que não foram apenas esguianos militares que atuaram nos quadros da estatal durante a ditadura. Civis que passaram pela Escola também fizeram parte da estrutura da empresa. A segunda observação consiste no fato de essa ascendência de agentes vinculados à ESG não ter ficado restrita à ocupação dos escalões superiores da companhia.

Entre 1962 e 1980, pelo menos 856 civis concluíram o curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Entre médicos, advogados, funcionários de governos e prefeituras, um montante expressivo desses alunos atuava junto a empresas (pelo menos 700 pessoas), dentre as quais a Petrobras<sup>11</sup> (SÃO PAULO, ESP\_ACE\_5415\_80\_001). Essa cooperação entre a caserna e o empresariado indica que a construção do aparato militar da ditadura atuava em consonância com uma pedagogia específica direcionada ao funcionamento e conformação dos segmentos produtivos do país.

Já a ascensão de esguianos na chefia intermediária da Petrobras ficou patente no relato de Germino Borges, operário da refinaria de Mataripe e dirigente da chapa que ganhou as eleições do Sindipetro em 1982. Borges retrata que, quando ganharam o pleito a frente do sindicato, o superintendente de Recursos Humanos, Normélio Moura da Costa, um civil que atuava no cargo desde a década de 1970, tentou fazer um movimento de aproximação com a sua gestão. Quando o operário rechaçou a investida do superintendente, este respondeu que, na refinaria, “tinha um tipo de paz, e a paz que tinha era a “paz romana”, ou seja, aquela paz imposta, que ele impunha ali”. E Germino

---

<sup>11</sup> A sistematização das fichas dos formados pela ADESG foi efetuada por Milena Fonseca, do Instituto de Investigações, Estudos e Pesquisas (IIEP).

respondeu: “olha, isso não vai perdurar, porque os trabalhadores, você sabe, uma hora essa pressão vai explodir”. Um elemento emblemático explicitado por Borges sobre o chefe, conhecido por sua postura autoritária (“linha dura”), era que ele ostentava um diploma da ESG na parede atrás de sua mesa como forma de intimidação<sup>12</sup>.

Sumariamente, a ditadura significou uma maior profusão de civis e militares introjetados na DSN da ESG pelo alto escalão da Petrobras. Como pode-se perceber a partir da tabela 1, dos sete militares que estiveram na presidência da Petrobras durante a vigência do regime, apenas um não teve passagem pela ESG (Waldemar Levy Cardoso)<sup>13</sup>.

A sofisticação do sistema de vigilância e repressão instaurado e atualizado diversas vezes pela Petrobras na ditadura (PRAUN; COSTA, 2016) para combater o “comunismo” expõe de forma profícua o espraiamento de um dos traços condutores da DSN pela estrutura da estatal no período em questão. Portanto, o fato de as bases de um refinado sistema coercivo ter sido ancorado nos princípios da Doutrina é um elemento fundamental que caracteriza o ineditismo qualitativo da militarização da Petrobras durante o regime autocrático, conformando o pilar *securitário* desse processo.

O movimento de recrudescimento do aparato de vigilância e repressão da Petrobras veio conjugado ao incremento dos interesses do grande empresariado atuante no país na década de 1960. No período que sucedeu o golpe, pode-se perceber uma maior inserção de agentes empresariais na estrutura da petrolífera, em um processo azeitado por um raciocínio regido pelo estímulo produtivo conservador, típico da DSN.

A última subseção deste capítulo procura realçar alguns aspectos que indicam essa maior interferência e favorecimento das classes empresariais privadas frente aos negócios da Petrobras. Procura-se, dessa forma, fornecer aportes que assinalem que essa característica esteve em consonância com o pilar do *desenvolvimento* propalado pela DSN.

## 2.2. *A Petrobras e o pilar “desenvolvimento” da Doutrina de Segurança Nacional: o favorecimento empresarial como a outra face da moeda da militarização da estatal*

---

<sup>12</sup> Entrevista realizada por Alex Ivo, Carlos Freitas e Márcia Misi em 28/07/2022, no âmbito do projeto “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura”, organizado pelo CAAF/Unifesp em parceria com o MPF.

<sup>13</sup> É importante destacar que a efetivação de curso ou estágio na ESG não era uma obrigatoriedade como era, por exemplo, os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) ou da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) para os oficiais castrenses (STEPAN, 1975, p. 41).

Um dos principais componentes que estimulou diversos segmentos do empresariado a defender a derrubada de João Goulart foi a mobilização daquele governo em direção à encampação das refinarias petrolíferas privadas<sup>14</sup>. Com a eclosão do golpe, diversos chefes de organizações patronais enviaram uma carta ao ditador Castelo Branco para rever a desapropriação das unidades particulares de refino.

Com um tom elogioso ao regime então instaurado, um dos argumentos desses agentes, explicitado na carta, indicava que o movimento de expropriação levado a cabo por Goulart tinha como objetivo “anular os pontos de resistência às greves gerais na indústria petrolífera”. Ou seja, a percepção dos empresários era de que as refinarias privadas possuíam maior capacidade de neutralizar as greves, diferentemente das estatais. Dentre as mais de quinze assinaturas, pode-se perceber a dos presidentes da Confederação Nacional do Comércio, do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara, da Federação Nacional dos Despachos Aduaneiros, da Federação das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, dentre outros<sup>15</sup> (BRASIL, BR.DFANBSB.N8.0.PSN.EST.0708, pp. 652-654). Esse episódio realça que frações do empresariado não apenas aprovavam o regime ditatorial então instituído, mas também se sentiam capazes de obter ascendência decisória nas deliberações governamentais.

Sobre a inter-relação entre empresariado, ditadura e as questões petrolíferas, cabe frisar que, considerando todo o alto escalão da Petrobras (presidência, diretoria e conselho), apenas dois membros dessa instância superior não foram expulsos de seus cargos após o golpe de 1964<sup>16</sup>. Foi o caso dos conselheiros José Baptista Pereira e Manoel da Costa Santos. Este último era ligado a diversas entidades organizativas do empresariado, tais como a Fiesp, a American Chamber of Commerce for Brazil (AMCHAM), além de presidir, na ocasião, a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (BORTONE, 2018, p. 591).

Além disso, o empresário também era colaborador do IPES, entidade aqui já mencionada, que fora uma das responsáveis pela desestabilização do governo de João Goulart e formuladora dos principais projetos dos anos iniciais da ditadura. Como consta

---

14 O decreto que estabeleceu as encampações, de 13 de março de 1964, determinava a desapropriação em favor da Petrobras das seguintes empresas: Refinaria e Exploração de Petróleo União, da Refinaria de Petróleo Manguinhos S.A., da Companhia de Petróleo da Amazônia S.A., das Indústrias Matarazzo de Energia S.A., da Refinaria de Petróleo Ypiranga S.A. e da Destilaria Riograndense de Petróleo S.A. (BRASIL, 1964).

15 O nome desses líderes empresariais aparece de forma não legível.

16 O alto escalão da Petrobras era composto por sete cadeiras: o presidente, três diretores e três conselheiros. Ver: PETROBRAS. Relatório de atividades de 1963.

na tabela 1, dos três civis que encabeçaram a Petrobras no período ditatorial formal (1964-1985), dois tinham passagem ou ligação com o IPES, quais sejam, Shigeaki Ueki (DREIFUSS, 1981, p. 472) e Hélio Beltrão (BORTONE, 2018, p. 588; DREIFUSS, 1981, p. 246). Ou seja, com exceção de Irnack Carvalho do Amaral, todos aqueles que presidiram a estatal durante o regime autocrático ou era ipesiano ou era esguiano, ou as duas coisas ao mesmo tempo, como no caso de Ademar de Queirós, aqui já citado, ou de Ernesto Geisel.

Outro quesito notável sobre Manoel da Costa Santos é que ele foi o primeiro vice-presidente executivo do Fórum Roberto Simonsen, entidade criada por ele em conjunto com Eduardo Garcia Grassi e Paulo Caruso. Conforme já exposto na seção anterior, o Fórum era um espaço de formação e interação política que representava rigorosamente os anseios e perspectivas de parte expressiva do empresariado industrial paulista. A entidade também foi crucial para a aproximação dessa parcela da classe dominante brasileira com oficiais castrenses. Tanto na criação do Fórum quanto no momento da reforma de seu estatuto, em 1959, Manoel da Costa Santos exaltou o objetivo do órgão de firmar parceria “técnica” com as Forças Armadas para atuar em prol de interesses comuns, a fim de garantir a segurança nacional (LEMOS, 2020, p. 223).

Não surpreende, portanto, ter sido desses dois conselheiros da Petrobras, José Baptista Pereira e Manoel da Costa Santos, os únicos votos contrários à encampação das refinarias privadas durante o governo João Goulart (BRASIL, BR.DFANBSB.N8.0.PSN.EST.0708, p. 884-891). O indicativo de estatização das refinarias pelo governo Goulart contou, inclusive, com a mobilização contrária de companhias estrangeiras do ramo petrolífero. Foi o caso, por exemplo, da família Rockefeller, que se pronunciou contrária à decisão, realçando que o ato desagradava a Standard Oil (SPOHR, 2016, p. 273). Indispensável salientar que, após o golpe de 1964, uma das primeiras medidas de Castelo Branco no ramo petrolífero foi a promulgação do decreto 56.570 de 9 de julho de 1965, que revogava a expropriação das unidades privadas de refino (BRASIL, 1965).

Além da revogação da encampação das refinarias, foram diversas as iniciativas do governo e da Petrobras que contribuíram para o robustecimento da propriedade e da acumulação das empresas privadas do ramo petrolífero e áreas adjacentes. Considerando as atividades centrais da Petrobras, concentradas nas áreas de exploração e refino, a indústria de base é um exemplo emblemático de fração empresarial que expandiu de forma considerável os seus negócios junto às atividades da estatal. Entre 1970 e 1973,

portanto no período do “milagre econômico”, os investimentos das companhias desse segmento cresceram mais de 118% (ABDIB, 1974, p. 11). Na soma de todas as empresas do ramo listadas no anuário da Associação Brasileira da Indústria de Base (ABDIB), pelo menos 58 delas atuavam fornecendo diretamente máquinas e equipamentos para os segmentos químico ou petroquímico em 1974, campo este sob atuação expressiva da Petrobras<sup>17</sup>.

Em outra circunstância, em 1965, os ipesianos Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões foram contrários ao projeto do Grupo Executivo da Indústria Química (GEIQUIM) que previa o monopólio estatal na seara petroquímica. Em julho daquele ano, os ministros assinaram um decreto que garantiu a participação privada no segmento, o que viria a se acoplar a uma série de incentivos governamentais às empresas do ramo nos anos subsequentes (BORTONE, 2018, p. 201–202).

Nesse sentido, o processo de verticalização produtiva da estatal também foi permeado por um movimento expressivo de incremento econômico de segmentos específicos da classe dominante do país. A primeira subsidiária da Petrobras, a Petroquisa, atuante no ramo petroquímico, foi instituída em 1967, firmando corporações em modelo tripartite, cujos negócios deveriam reunir o capital estatal e os privados (nacional e estrangeiro). No seu primeiro ano de atuação, a subsidiária salvou a Petroquímica União (PQU) da bancarrota, empresa que reunia capital multinacional e privado nacional, adquirindo 68% de suas ações. Movimentos congêneres ocorreram em relação à Poliolefinas, Oxiteno e Polibrasil, com capital votante variando entre 28% e 33%. Antes do processo de privatização do setor, em 1992, o sistema de empresas associadas à Petroquisa, direta ou indiretamente, representava 80% da indústria petroquímica brasileira (ALVEAL CONTRERAS, 1993, p. 99).

Para além disso, outras subsidiárias do sistema Petrobras atuaram no mesmo diapasão, expandindo consideravelmente o beneficiamento econômico de parcelas importantes dos segmentos superiores do empresariado brasileiro. Foram os casos, por exemplo, da Braspetro e Interbrás, criadas para atuar na seara petrolífera no exterior, cujas atuações internacionais mais expressivas abriram as alas para a exportação vultuosa de bens e serviços de grandes empresas brasileiras, como a viabilização dos negócios da Mendes Jr. e da Volkswagen para o Iraque, por exemplo (cf. ATTUCH, 2003; CARVALHO, 2019).

---

17 Contabilização efetuada a partir dos dados listados no anuário da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base de 1974.



Em suma, a derrubada de João Goulart, encampada pela articulação entre empresários transnacionais e a fração militar liberal-conservadora, significou a primazia política e econômica destes segmentos. O arcabouço ideológico que endossava a construção do regime ditatorial recém implementado era assentado, fundamentalmente, no binômio característico da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que conjugava o desenvolvimento do grande empresariado ao combate aos “inimigos internos”. Como realça Maria Helena Moreira Alves, a ditadura representou a *institucionalização* do Estado de Segurança Nacional (ALVES, 1989, p. 52).

Portanto, ao passo que a Petrobras e o regime ditatorial repeliam qualquer forma de ascendência trabalhista nas estruturas e políticas da petrolífera, promovendo uma repressão sistematizada a seus operários e a supressão de seus direitos (cf. FREITAS, 2020), os segmentos empresariais gozavam de condição significativamente distinta. Juntamente a frações militares - sobretudo aquelas vinculadas à ESG -, as empresas privadas e as suas entidades de ação coletiva, como o IPES, tiveram assento privilegiado no interior da estatal e/ou tiveram os seus negócios significativamente robustecidos com o desenvolvimento produtivo da petrolífera.

### **Considerações finais**

O objetivo principal deste artigo foi estabelecer uma qualificação do perfil da militarização e do avanço empresarial frente à Petrobras a partir do golpe de 1964. Como foi possível perceber, dois elementos centrais da ditadura foram consubstanciados de forma bastante generalizada sob as estruturas da Petrobras após a derrubada de João Goulart. Esses dois quesitos basilares estavam em consonância com o binômio *segurança e desenvolvimento* da Doutrina de Segurança Nacional.

Como consta na segunda seção deste artigo, o pilar coercitivo da DSN disseminado na Petrobras se manifestou através da instauração de um aparato interno de segurança consolidado para combater o “comunismo” e disciplinar o regime fabril (PRAUN; COSTA, 2016). Junto a isso, após o golpe de 1964 foi possível notar a difusão de civis e militares ipesianos e esguianos pela estrutura da estatal. A Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foram as principais entidades irradiadoras da Doutrina, como disposto no primeiro capítulo.

No que tange ao monômio *desenvolvimento* da DSN, como destacado na primeira seção, essa característica era um quesito importante para incrementar a industrialização do país, de modo a repelir, conseqüentemente, o avanço do “comunismo”

pela garantia da máxima acumulação de capitais e investimentos estrangeiros. Como destaca René Dreifuss (1981), com o golpe de 1964 e a ditadura então instituída as diretrizes do Estado passaram a ser determinadas não apenas pelos militares, mas por empresários ou técnico-empresários atrelados aos capitais multinacionais ou a estes associados.

No caso da Petrobras, como pode-se perceber na última parte deste artigo, agentes oriundos de entidades patronais de ação coletiva e/ou vinculados ao IPES ocuparam cargos centrais no interior da companhia. A estratégia de acumulação da petrolífera, conforme também indicado, aconteceu de modo compassado com a expansão dos negócios de uma gama expressiva de companhias privadas, como, por exemplo, as indústrias de base e do ramo petroquímico. Essas características coadunam com a concepção de *desenvolvimento* da DSN.

Sobre essa relação íntima entre empresários e a Petrobras, consideramos ter reunido, neste estudo, uma gama considerável de elementos que indicam uma assimilação de interesses empresariais privados pelas políticas da estatal. Em síntese, pode-se perceber que, por um lado, diversos agentes atrelados ao empresariado foram alocados em setores-chave na estatal. Por outro, uma intensa carga de projetos e políticas foram instituídas pela petrolífera de modo a alavancar os negócios das empresas privadas que atuavam no setor do petróleo ou áreas congêneres. Isso tudo saneado por uma política barbaramente repressiva no interior da companhia, que coibia a liberdade de organização de seus operários, acossados pelas estruturas internas e externas de repressão, monitoramento e vigilância.

A transição para a democracia, marcada pela *negociação* com as forças castrenses herdeiras da ditadura, conformou um movimento de abertura *tutelada* pelos militares (cf. SILVA, 2021). As características desse processo destacam que os princípios da DSN na política brasileira, e sobretudo nas Forças Armadas, não foram devidamente suplantados, seja em termos ideológicos ou institucionais (cf. LENTZ, 2022).

A emergência eleitoral de Jair Bolsonaro retirou do decantamento os militares imbuídos em valores congêneres àqueles da DSN, mimetizando a faceta mais autoritária do regime ditatorial implantado entre 1964 e 1988 (SILVA, 2021). Como destaca Francisco Carlos Teixeira da Silva (2021, p. 48), embora haja heterogeneidade na caserna contemporânea, as concepções presentes na declaração “À Nação” do Preâmbulo do primeiro Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, ainda constituem um elemento de coesão na atual oficialidade (da ativa ou não). São componentes dessa diretiva itens como a

percepção de um país “assaltado pela corrupção” e em “risco frente ao conluio dos inimigos internos com o inimigo externo”. Tudo isso conjugado à “incapacidade da elite nacional em dirigir corretamente o Estado” (SILVA, 2021, p. 48).

Tal qual a política institucional mais geral, a estrutura da Petrobras também foi acometida novamente por essa perspectiva militar reacionária após a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder. Ao assumir a presidência, o capitão reformado alocou cinco militares para ocupar as pastas ministeriais. Dentre eles, o almirante-de-esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior, inserido no ministério das Minas e Energia, na qual a Petrobras é submetida. Desde o governo de João Figueiredo um membro castrense não ocupava aquela pasta. Entre abril de 2021 e abril de 2022, o general de exército da reserva Joaquim Silva e Luna assumiu a presidência da Petrobras, sendo o primeiro membro das Forças Armadas a ocupar esse cargo desde 1988.

O binômio que conjugava políticas liberalizantes à militarização das entidades estatais, característico do governo Jair Bolsonaro, foi lastreado por dois movimentos complementares no que tange à Petrobras. O primeiro deles pode ser caracterizado por um incremento na ascendência institucional das entidades patronais do setor de óleo e gás. Um grande marco foi a criação da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento Sustentável do Petróleo e Energia Renováveis (FREPER), lançada oficialmente em março de 2019, para estimular a criação de leis para garantir a “competitividade” do setor privado na área de óleo e gás. O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), que reúne representantes das grandes petrolíferas estrangeiras, e a Federação BRASILCOM, regida por sindicatos patronais do setor de distribuição regional de combustíveis, têm acesso privilegiado às reuniões da Frente (IBP, 2022; ÁUREO, 2019).

Já o segundo movimento consistiu na intensificação dos casos de perseguição e punição a trabalhadores sindicalizados ou que se mobilizassem contra o processo de privatização da Petrobras então em voga. Foi o caso dos três dirigentes do Sindipetro-MG que foram punidos com suspensão pela Petrobras por se organizarem contra a venda da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em outubro de 2020 (SINDIPETRO, 2020). Das duas dirigentes do Sindipetro-RJ que foram destituídas de cargos técnicos, em 2019, pelo fato de ocuparem a direção do sindicato (SINDIPETRO, 2019). Ou, ainda, o caso de demissão por justa causa de um dos diretores do Sindipetro-NF, que, no contexto da pandemia de Covid-19, foi distribuir alimentos em uma ocupação em propriedade da Petrobras e foi acusado, indevidamente, de liderar o movimento de pessoas instaladas nas dependências da petrolíferas (DEISTER, 2021).

A transição *negociada* não apenas garantiu a replicação dos preceitos da DSN nas Forças Armadas brasileiras (LENTZ, 2022). Mais do que isso, aquele episódio se configurou como um modo de assegurar os poderes econômico e social das classes dominantes outrora ligadas ao regime autocrático, visto que estas articularam representantes em instituições elementares para a consolidação da abertura política (LEMOS, 2002). Para além de nos ajudar a compreender o conteúdo social que ensejou os meandros das políticas energéticas brasileiras, as informações presentes neste artigo também visam indicar o peso da reminiscência daquela Doutrina no projeto político bolsonarista frente à Petrobras, sendo este imbuído em um cariz reacionário carregado, em grande medida, por empresários transnacionais e membros do corpo militar.

### **Referências bibliográficas:**

Fontes primárias:

Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos Escritos/Documentos do Executivo e do Legislativo. Fundo: Conselho de Segurança Nacional, notação BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PSN\_EST\_0708.

Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos Escritos/Documentos do Executivo e do Legislativo. Fundo: Petrobras, notação BR.RJANRIO.HF.0.AVU.03.

Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos Escritos/Documentos do Executivo e do Legislativo. Fundo: Petrobras, notação BR.RJANRIO.HF.O.SEG.2.

Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB). Anuário, 1974.

BRASIL. Decreto nº 53.701, de 13 de março de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53701-13-marco-1964-393663-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18/10/2022.

BRASIL. Decreto nº 56.570, de 9 de julho de 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D56570impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D56570impressao.htm). Acesso em: 11/10/2022.

PETROBRAS. Relatório de atividades (diversos anos)

SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo Serviço Nacional de Informação, notação SÃO PAULO, ESP\_ ACE\_5415\_80\_001.

Fontes secundárias:

ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. **Os desbravadores: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará : ANPOCS, 1993.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964 - 1984**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ATTUCH, Leonardo. **Saddam, o amigo do Brasil: a história secreta da conexão Bagdá: os negócios bilionários e a bomba atômica que brasileiros e iraquianos sonharam fazer**. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2003.

ÁUREO, Christino. Federação BRASILCOM vai homenagear ministro Bento Albuquerque e deputado federal Christino Áureo. 26 de novembro de 2019. Disponível em: <https://christinoaureo.com.br/federacao-brasilcom-vai-homenagear-ministro-bento-albuquerque-e-deputado-federal-christino-aureo/>. Acesso em: 01/11/2022.

BORTONE, Elaine. **O IPES e a ditadura empresarial-militar: os casos das estatais federais e da indústria farmacêutica**. 2018. Tese de doutorado em História – UFRJ, 2018.

BOSCHI, Renato R. **Elites industriais e democracia (Hegemonia burguesa e mudança política no Brasil)**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CAMPOS, Pedro H. P. Ditadura e classes sociais no Brasil: as organizações empresariais e de trabalhadores da indústria da construção durante o regime civil-militar (1964-1988). **Outros Tempos**, v. 16, n. 27, p. 67–91, 2019.

CARVALHO, Getúlio. **Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

CARVALHO, Julio C. P. A ampliação de interesses empresariais pela política externa brasileira: um estudo sobre a Petrobras no Iraque durante a ditadura civil-militar. **Revista de Economia Política e História Econômica**, v. 43, p. 119–136, 2019.

COHN, Gabriel. **Petróleo e nacionalismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro (Difel), 1968.

COUTINHO, Amélia. Verbete: Juracy Magalhães. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [s. d.].

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares na política ou política entre os militares: uma falsa questão? In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues et al. (orgs.). *Militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DEISTER, Jaqueline. Petroleiros apontam aumento da perseguição a sindicalistas no governo Bolsonaro. 29 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2021/06/28/petroleiros-apontam-aumento-da-perseguiacao-a-sindicalistas-no-governo-bolsonaro>. Acesso em: 01/11/2022.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás**. Rio de Janeiro: CPDOC/Petrobras, 1993.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FGV. Artur Levy. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [s. d.].

FREITAS, Carlos. A repressão de Estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: os casos dos petroleiros e bancários. **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 9, n. 16, 2020.

IBP. IBP colabora no lançamento da pauta prioritária da FREPER. 27 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/noticias/ibp-colabora-no-lancamento-da-pauta-prioritaria-da-freper/>. Acesso em: 01/11/2022.

IVO, Alex de Souza. **O sindicalismo petroleiro e a questão nacional, entre a democracia e a ditadura (1957-1968)**. 2019. Tese de doutorado em História – UFBA, Salvador, 2019.

LEMOS, Renato L. do C. N. e. A aliança empresarial-militar no Brasil: anticomunismo e segurança nacional (1949-1964). **Empresariado e ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LEMOS, Renato L. do C. N. e. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Revista Topoi**. Rio de Janeiro: 2002.

LEMOS, Renato L. do C. N. e. O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-1964. **Política Econômica dos anos de chumbo**. Rio De Janeiro: Consequência, 2018.

LENTZ, Rodrigo. **República de segurança nacional: militares e política no Brasil**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2022.

MELO, Hildete Pereira; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; ARAÚJO, Victor Leonardo. A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma - novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 535.

MOURA, Gerson. **A campanha do petróleo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOURA, M. *et al.* **Petrobras 50 anos: uma construção da inteligência brasileira**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2003.

NETTO, José P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2014.

PASQUINO, Gianfranco. Verbete: militarismo. In: BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de política**. 11 ed. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1998.

PRAUN, Luci; COSTA, Claudia. Pistas sobre a estrutura e as ações de repressão do Estado brasileiro no pós 1964 e sua configuração no interior da Petrobras. **Revista do Arquivo**, v. 2, p. 2–20, 2016.

SILVA, Francisco C. T. Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto. In: MARTINS FILHO, João R. (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

SINDIPETRO-RJ. Moção de repúdio às perseguições na Petrobrás. 16 de outubro de 2020. Disponível em: <http://sindipetro.org.br/mocao-de-repudio-as-perseguiacoes-na-petrobras/>. Acesso em: 01/11/2022.

SPOHR, Martina. **American way of business: empresariado brasileiro e norteamericano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964**. Tese de doutorado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VASCONCELOS, Cláudio B. de. **Repressão a militares na ditadura pós-1964**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 2018.